



Boletim PNAD
Resultados da PNAD 2015
Condições de moradia
Março de 2017

Governo do Estado da Bahia
Rui Costa

Secretaria do Planejamento do Estado da
Bahia (Sepplan)
João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos
e Sociais da Bahia (SEI)
Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas
Armando Castro

Coordenação Editorial
Armando Castro

Equipe Técnica
Armando Castro
Guillermo Etkin
Luana Gabriela Rodrigues
Lucigleide Nascimento
Luiz Fernando Lobo

Coordenação de Biblioteca e
Documentação
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de
Informações
Augusto Cezar Pereira Orrico

Editoria-geral/Coordenação de Produção
Editorial
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Editoração
Ludmila Nagamatsu

Ilustração de capa
Stock.xchng/Billy Alexander

Boletim PNAD [recurso eletrônico] / Superintendência de
Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1, n. 1
(2014 -). — Salvador : SEI, 2017.

v.4
n.1
Trimestral
ISSN

CDU 304 (047)

RESULTADOS DA PNAD 2015 – CONDIÇÕES DE MORADIA

APRESENTAÇÃO

O presente relatório da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) analisa a condição da moradia no Estado da Bahia, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período compreendido entre 2006 e 2015.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a moradia é um dos direitos sociais. E, segundo a Constituição do Estado da Bahia de 1989, compete ao Estado a promoção de melhorias das condições habitacionais, de saneamento e construção de novas moradias.

Em consonância com as cartas magnas, nacional e estadual, este relatório aponta que houve melhoria nas condições de moradia no território baiano durante o período analisado. Investigou-se nos domicílios: tipo de habitação, condição da ocupação, material predominante na cobertura e na construção das paredes externas, o acesso a serviços básicos (energia e saneamento), existência de bens duráveis, tempo de deslocamento e déficit habitacional.

MORADIA NA BAHIA NO PERÍODO 2006 A 2015

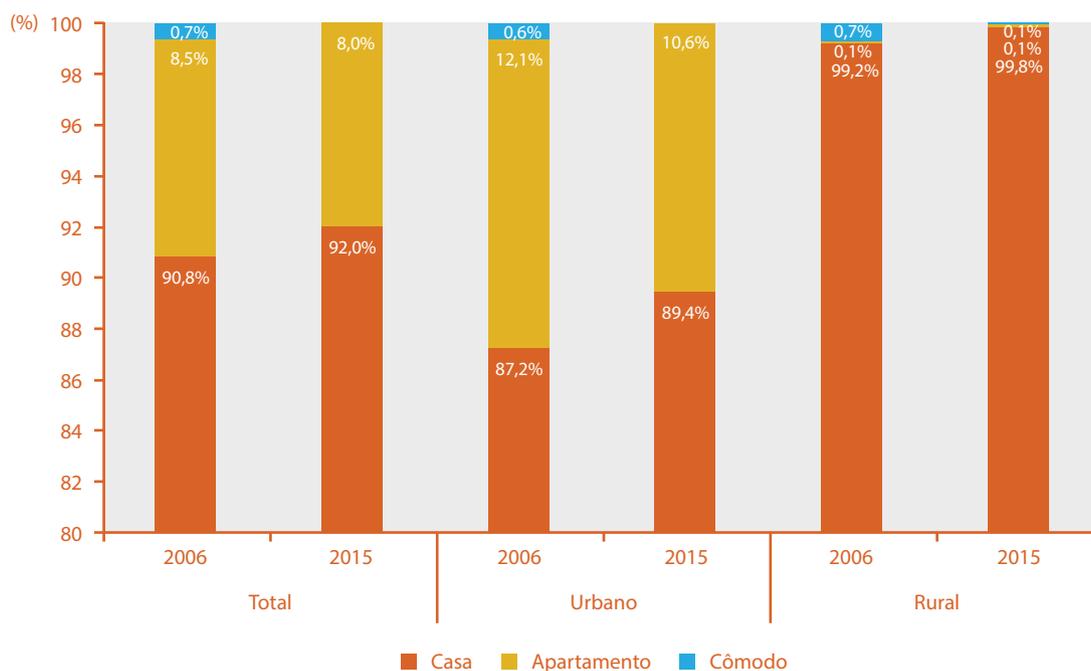
Entre 2006 e 2015, na Bahia, houve um aumento de, aproximadamente, 1.086 mil domicílios, os quais passaram de 3.925 mil para cerca de 5.010 mil, respectivamente. O número de domicílios urbanos, no entanto, cresceu acima do de domicílios rurais no intervalo, confirmando os domicílios baianos como majoritariamente urbanos. Enquanto o total de domicílios urbanos aumentou de 2.739 mil para 3.759 mil, o de domicílios rurais aumentou de 1.186 mil para 1.252 – passando, dessa forma, de 70,0% para 75,0% e de 30,0% para 25,0% do montante de domicílios baianos, respectivamente.

Tipo de habitação

Observa-se, através do Gráfico 1, que, entre os três tipos de habitação (*casa*, *apartamento* e *cômodo*), em 2006, na Bahia, 90,8% dos domicílios eram *casas* (3.565 mil), 8,5% eram *apartamentos* (333 mil) e menos de 1% (26 mil) representava o percentual de *cômodos*.

Em 2015, comparativamente a 2006, na Bahia, os totais de *casas* (4.610 mil) e *apartamentos* (399 mil) aumentaram e o de *cômodos* (1 mil) reduziu. Em termos proporcionais, somente o percentual de *casas* aumentou, alcançando 92,0% em 2015. O percentual de *apartamentos* no total de domicílios baianos foi de 8,0%, enquanto o de *cômodos* chegou bem próximo a zero no referido ano.

Gráfico 1
Domicílios segundo tipo de habitação – Bahia – 2006/2015



Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2015 Cálculos da SEI a partir dos microdados.

Na área urbana baiana, o percentual dos que residem em habitações do tipo *casa* sofreu aumento entre os anos de 2006 e 2015. Em 2006, esse índice era de 87,2% e em 2015 foi de 89,4%. Na área rural, a presença de domicílios do tipo *casa* continua se revelando quase universal para os anos de 2006 (99,2%) e 2015 (99,8%).

Espécie: condição da ocupação

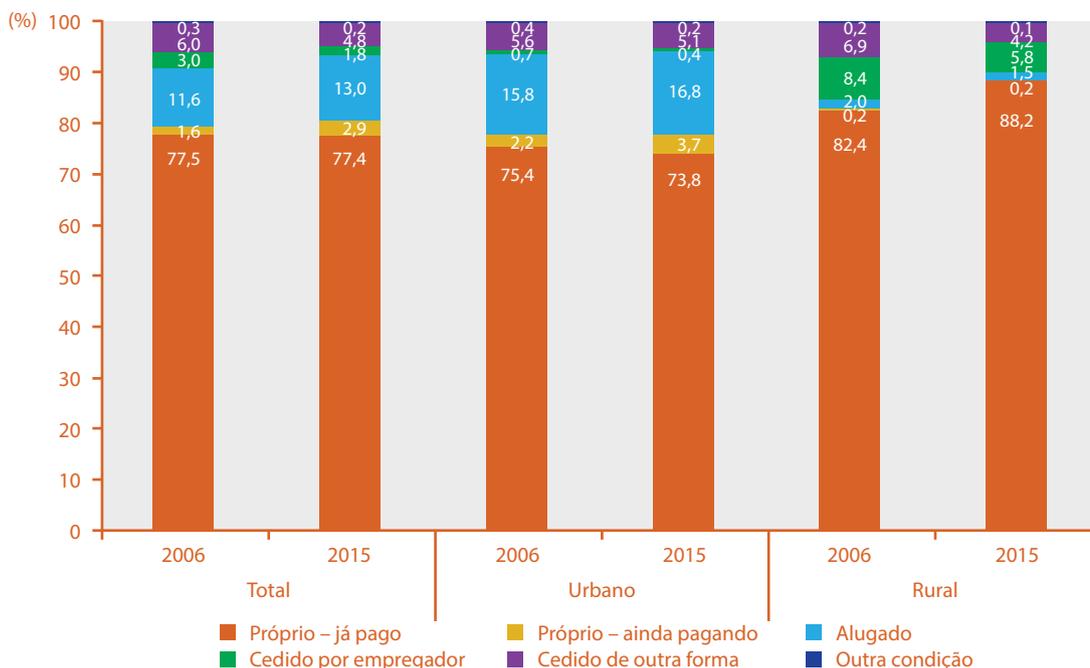
Entre os anos de 2006 e 2015, na Bahia, aumentou o número dos domicílios na condição *próprio - já pago*, passando de 3.041 mil, em 2006, para 3.877 mil em 2015. A Bahia, assim, ao aumentar o número de domicílios próprios, deu um passo positivo. No entanto, observa-se que, em termos percentuais, o índice sofreu um leve recuo, passando de 77,5%, em 2006, para 77,4% em 2015, como mostra o Gráfico 2.

Tanto em 2006 quanto em 2015, na Bahia, os domicílios *alugados* ocupavam a segunda posição em relação à condição da ocupação, seguidos por aqueles *cedidos de outra forma*. Em 2006, 11,6% (457 mil) dos domicílios eram *alugados* e, em 2015, ocorreu uma ampliação do percentual para 13,0% (649 mil). A condição de domicílio *cedido de outra forma* sofreu queda e passou de 6,0% (236 mil), em 2006, para 4,8% (243 mil) em 2015. A redução, em termos relativos, em *cedidos de outra forma* pode significar uma formalização na condição da ocupação.

Os domicílios *próprios - já pagos* propiciavam a maior forma de condição de ocupação na zona urbana baiana, no entanto com redução do índice entre 2006 (75,4%) e 2015 (73,8%). Essa categoria era seguida por *alugados*, com 15,8% em 2006 e 16,8% em 2015; e por *cedidos de outra forma*, cujo percentual foi de 5,6%, em 2006, e de 5,1% em 2015.

Para a zona rural do Estado da Bahia, o percentual de domicílios *próprios - já pagos* foi de 82,4%, em 2006, para 88,2% em 2015. Percebe-se que o índice dos domicílios *cedidos pelo empregador* é maior na zona rural do que na urbana para o período em análise. No meio rural, em 2006, esse percentual era de 8,4% e de 5,8% em 2015. Enquanto que *cedido de outra forma*, para o meio rural, foi de 6,9% para 2006 e de 4,2% em 2015.

Gráfico 2
Domicílios segundo condição da ocupação – Bahia – 2006/2015



Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2015 Cálculos da SEI a partir dos microdados.

Material predominante na cobertura

Na Bahia, em 2006, dos 3.925 mil domicílios, cerca de 3.204 mil, ou seja, 81,7% possuíam a *telha* como material predominante na cobertura. Um número de 684 mil habitações, ou seja, 17,4% eram cobertas por *laje de concreto*. Apenas 0,9% (36 mil) possuíam *telhado* com prevalência de *outro material*, como *madeira aparelhada*, *zinco*, *madeira aproveitada*, *palha* e *outro*, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1
Domicílios segundo material predominante na cobertura – Bahia – 2006/2015

(Em milhares)

Material predominante na cobertura (telhado) do domicílio	2006						2015					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domicílio	%										
Telha	3.204	81,7	2.037	74,4	1.168	98,5	3.820	76,2	2.584	68,8	1.235	98,7
Laje de concreto	684	17,4	680	24,8	4	0,4	1.163	23,2	1.156	30,8	6	0,5
Outro material (1)	36	0,9	22	0,8	14	1,2	28	0,6	18	0,5	10	0,8

Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2015 Cálculos da SEI a partir dos microdados.

(1) Compreende madeira aparelhada, zinco, madeira aproveitada, palha e outro material.

Para o Estado da Bahia, em 2015, em termos percentuais, somente as habitações cobertas por *laje de concreto* mostraram aumento, cuja proporção alcançou 23,2% – equivalente a 1.163 mil domicílios. A porção de domicílios que possuíam *telha* como material predominante na cobertura reduziu para 76,2% (3.820 mil) e a de habitações com prevalência de outro material como *telhado* caiu para 0,6% (28 mil).

Quando se considera a situação do domicílio, a proporção de domicílios com *laje de concreto* é muito maior na zona urbana que na rural em qualquer dos anos analisados – passando de 24,8% (680 mil) para 30,8% (1.156 mil) e de 0,4% (4 mil) para 0,5% (6 mil) entre 2006 e 2015, respectivamente. Outra diferença que merece destaque diz respeito ao fato do percentual de habitação coberta por *telha* reduzir no meio urbano (de 74,4% para 68,8%) e aumentar no rural (de 98,5% para 98,7%) no intervalo considerado. Quando

se observa o número de habitações com prevalência de *outro material* como cobertura, ambas as regiões apresentaram redução no período.

Material predominante na construção das paredes externas do domicílio

Observa-se, pela Tabela 2, que em 2006 e 2015, tanto para o conjunto dos domicílios do Estado da Bahia, assim como para as habitações localizadas nas zonas urbanas e rurais, predominavam as paredes externas construídas com material de *alvenaria*.

Tabela 2
Domicílios segundo material predominante na construção das paredes externas – Bahia – 2006/2015
(Em milhares)

Material	2006						2015					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domi- cílio	%										
Alvenaria	3.788	96,5	2.680	97,8	1.108	93,5	4.927	98,3	3.731	99,3	1.196	95,6
Madeira aparelhada	15	0,4	8	0,3	7	0,6	12	0,2	9	0,2	3	0,3
Taipa não revestida	63	1,6	12	0,4	52	4,4	28	0,6	5	0,1	23	1,9
Outro material (1)	58	1,5	39	1,4	19	1,6	43	0,9	14	0,4	29	2,3

Fonte: IBGE – PNAD 2006 e 2015 Cálculos da SEI a partir dos microdados.

(1) Inclui madeira aproveitada, palha e outro material.

No Estado da Bahia, em 2006, o segundo material mais utilizado na construção das paredes externas do domicílio era a *taipa não revestida*, com um índice de 1,6% (63 mil). Em seguida vinha a categoria *outro material*, com 1,5% (58 mil). Em 2015, no entanto, a categoria *outro material* assumiu a segunda posição, com 0,9%. A classe *outro material* abrange *madeira aproveitada*, *palha* e *outro material*.

Houve uma melhoria na qualidade das habitações quando se compara os anos de 2006 e 2015. Ocorreu um acréscimo no percentual dos domicílios construídos com material de *alvenaria*, passando de 96,5% para 98,3%. Para o mesmo período, revelou-se decréscimo no índice das categorias de materiais considerados inferiores, como *taipa não revestida* e *outro material*. O tipo *taipa não revestida* mostrou a maior redução, caindo de 1,6% para 0,6%.

As zonas urbanas foram as que mais contribuíram para o percentual total de paredes externas construídas com material de *alvenaria*, com 97,8% em 2006 e 99,3% em 2015. Entretanto, as porções de habitações construídas com paredes externas de *alvenaria* nas zonas rurais, também, merecem destaque, já que caminham para uma universalização do uso desse tipo de material, passando de 93,5% em 2006 para 95,6% em 2015.

Ainda sobre a interpretação dos dados para a zona urbana, houve uma redução no uso de *outro material* (*madeira aproveitada*, *palha* e *outro material*) no período, diminuindo a precariedade quanto ao tipo de materiais utilizados na construção das paredes externas dos domicílios. Em termos percentuais, o índice passou de 1,4% em 2006 para 0,4% em 2015. Porém, no meio rural, a proporção de domicílios fazendo uso de *outro material* aumentou entre 2006 e 2015, passando de 1,6% para 2,3%.

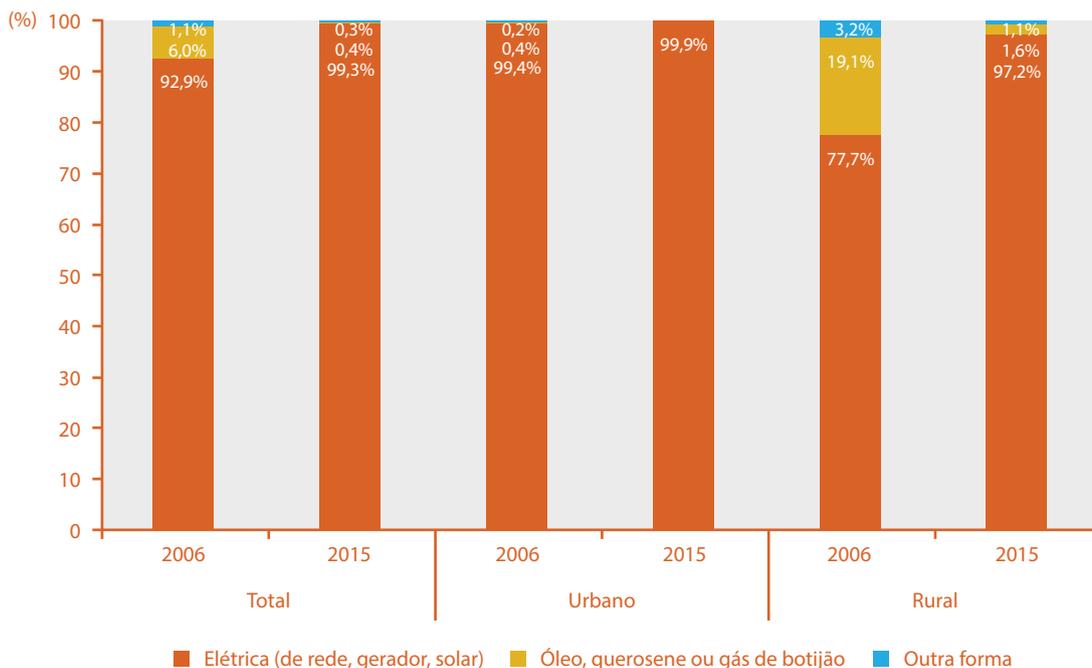
Acesso a serviços básicos: energia e saneamento

Energia

Na Bahia, de 2006 a 2015, ocorreu um avanço no acesso a iluminação *elétrica* (de rede, gerador, solar) dos domicílios, com o percentual passando de 92,9% para 99,3% no

período. Em 2015, 4.974 mil domicílios eram servidos por fontes *elétricas* de iluminação. O avanço no estado ocorreu principalmente por conta da melhoria observada nos domicílios do meio rural, cujo percentual de domicílios com acesso a iluminação *elétrica* (de rede, gerador, solar) aumentou de 77,7%, em 2006, para 97,2% em 2015, conforme o Gráfico 3. Em contrapartida, a queda mais acentuada ocorreu na utilização da forma de iluminação que envolve *óleo, querosene ou gás de botijão* que passou de 19,1%, em 2006, para 1,6% em 2015.

Gráfico 3
Domicílios segundo forma de iluminação – Bahia – 2006/2015



Fonte: IBGE – PNAD 2006 e 2015 Cálculos da SEI a partir dos microdados.

A zona urbana já apresentava, desde 2006, um cenário parecido ao que permaneceu em 2015, quando um total próximo da universalização dos domicílios possuía acesso a iluminação *elétrica*, com índices de 99,4% e 99,9%, respectivamente.

Saneamento

Em relação a saneamento, a PNAD investigou, por domicílios, a origem dos recursos hídricos; a forma de escoamento do banheiro ou sanitário e o destino dos resíduos sólidos provenientes dos domicílios.

Água

No Estado, conforme a Tabela 3 houve avanço no abastecimento de água nos domicílios no período, já que ocorreu um acréscimo de 8,1 pontos percentuais na cobertura pública de abastecimento, ou seja, 1.241 milhares de domicílios foram adicionados à *rede geral de distribuição* entre 2006 e 2015. Em contrapartida, na Bahia, o percentual de domicílios que obtinham recursos hídricos através de *poço ou nascente* ou *outra proveniência* sofreu arrefecimento.

No meio urbano, o percentual de domicílios supridos pela *rede geral de distribuição* passou de 95,5% a 97%, entre 2006 a 2015, com redução dos índices de *poço ou nascente* e *outra proveniência*. No meio rural, avanços mais visíveis também ocorreram em relação à ampliação da forma de abastecimento de água de *rede geral de distribuição*. O índice aumentou de 34,5%, em 2006, para 49,4%, em 2015. No período, entretanto, foi reduzido o percentual dos indivíduos que faziam uso de *poço ou nascente* e que utilizavam *outra proveniência*. Ocorreu uma diminuição de 11 pontos percentuais no

Tabela 3
Abastecimento de água nos domicílios – Bahia – 2006/2015

(Em milhares)

Forma de abastecimento de água	2006						2015					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domicílio	%										
Rede geral de distribuição	3.024	77,0	2.615	95,5	409	34,5	4.265	85,1	3.647	97,0	618	49,4
Poço ou nascente	580	14,8	70	2,5	510	43,0	484	9,7	83	2,2	401	32,0
Outra proveniência	321	8,2	54	2,0	267	22,5	262	5,2	29	0,8	233	18,6

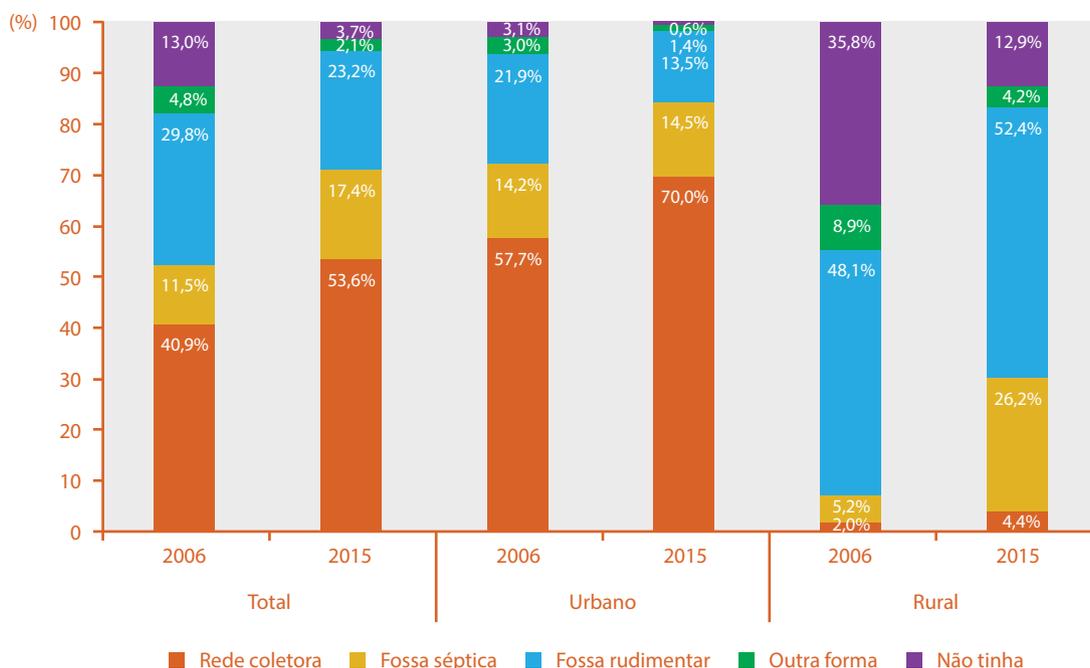
Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2015 Cálculos da SEI a partir dos microdados.

índice dos que utilizavam *poço ou nascente* no meio rural entre 2006 e 2015, e redução de 3,9 pontos percentuais dos domicílios rurais que obtinham água através de outra proveniência no mesmo período.

Esgoto

Em termos de coleta e tratamento, a precariedade do sistema de esgotamento sanitário é um problema no Brasil (IBGE, 2011). Na Bahia, em 2006, menos da metade dos domicílios (40,9%) estavam conectados a uma *rede coletora de esgoto ou pluvial*. Esse índice aumentou para 53,6% em 2015 (Gráfico 4). A *fossa rudimentar* era em 2006, e permaneceu em 2015, como o segundo tipo de esgotamento sanitário mais utilizado, com 29,8% e 23,2% respectivamente. Foi reduzido o percentual de domicílios que não possuíam esgotamento sanitário nas habitações. Em 2006, o índice era de 13,0% e caiu para 3,7% em 2015.

Gráfico 4
Esgotamento sanitário nos domicílios – Bahia – 2006/2015



Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2015 Cálculos da SEI a partir dos microdados.

A *rede coletora de esgoto ou pluvial* predominava como o tipo de esgotamento sanitário na zona urbana do Estado da Bahia, tanto em 2006 quanto em 2015, com 57,7% e 70,0% respectivamente. A *fossa rudimentar* e a *séptica* despontaram, nesta ordem, na segunda e na terceira posição como tipo de esgotamento sanitário nos domicílios urbanos baianos.

Ao focar a análise na zona rural, observa-se a predominância da *fossa rudimentar*, que, por sinal, aumentou no período considerado, passando de 48,1%, em 2006, para 52,4% em 2015. É importante destacar a queda significativa no índice dos que *não tinham esgotamento sanitário* nos domicílios. A proporção foi reduzida em 22,9 pontos percentuais, de 35,8% para 12,9% entre 2006 e 2015.

No meio rural, um aumento acentuado ocorreu na utilização da *fossa séptica* que passou de 5,2% para 26,2% para o período em análise. Esse tipo se subdivide em *fossa séptica* ligada e não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial. O aumento mais acentuado aconteceu na categoria não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial que passou de 5,1% para 22,3%.

Destino do lixo

Na Bahia, em 2015, o lixo de 65,0% dos domicílios era *coletado diretamente*. Esse índice ultrapassou o de 2006, que era de apenas 55,5%. Em seguida, a alternativa de *queimar ou enterrar o lixo na propriedade* constituía a segunda maior destinação no Estado, cujo percentual passou de 19,3%, em 2006, para 17,2% em 2015. Esse índice foi seguido de perto pelo destino *coletado indiretamente*, com 17,1%, em 2006, e 16,2% em 2015, como revela a Tabela 4.

Tabela 4
Domicílios segundo o destino do lixo – Bahia – 2006/2015

(Em milhares)

Destino do lixo	2006						2015					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domi-cílio	%										
Coletado diretamente	2.179	55,5	1.993	72,8	186	15,7	3.254	65,0	2.948	78,4	306	24,5
Coletado indiretamente	673	17,1	640	23,4	32	2,7	811	16,2	754	20,1	57	4,5
Queimado ou enterrado na propriedade	758	19,3	53	1,9	706	59,5	863	17,2	38	1,0	825	65,9
Jogado em terreno baldio ou logradouro	307	7,8	50	1,8	257	21,7	76	1,5	18	0,5	58	4,6
Jogado em rio, lago ou mar	5	0,1	3	0,1	2	0,2	-	-	-	-	-	-
Outro destino	2	0,1	-	-	2	0,2	6	0,1	1	0,0	5	0,4

Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2015 Cálculos da SEI a partir dos microdados.

Na zona urbana, o percentual do *lixo coletado diretamente* ultrapassou os índices encontrados para o total do Estado no período. Em 2006, esse percentual era de 72,8% e em 2015 chegou a 78,4%. Já a *coleta indireta* do lixo passou de 23,4%, em 2006, para 20,1% em 2015.

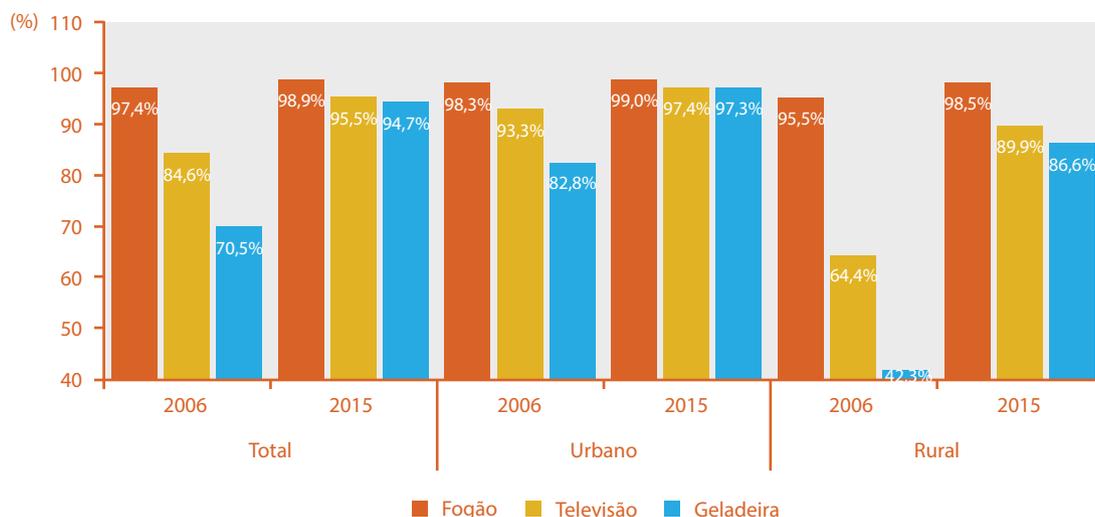
Em contrapartida, na zona rural, o lixo era majoritariamente *queimado ou enterrado na propriedade* no período analisado. Em 2006, esse índice era de 59,5% e de 65,9% em 2015. Outro destino convencional, em 2006, era jogar o resíduo sólido em *terreno baldio ou logradouro*, atingindo um índice de 21,7%. Em 2015, no entanto, essa segunda posição foi ocupada pela *coletada de forma direta* com 24,5%. Entre 2006 e 2015, portanto, aumentou o percentual do lixo cujo destino dado era *queimar ou enterrar na propriedade* e, em contrapartida, diminuiu o lixo *jogado em terreno baldio ou logradouro*.

Existência de bens duráveis nos domicílios

Predomina, na Bahia, nesta ordem, a existência de *fogão, televisão e geladeira* como principais formas de bens duráveis nos domicílios. A caminho da universalização, os

respectivos percentuais desses bens passaram de 97,4% para 98,9%, de 84,6% para 95,5% e de 70,5 para 94,7% de 2006 a 2015. Porém, como pode ser observado no Gráfico 5, entre os três bens duráveis com maior predominância nos domicílios baianos, a *geladeira* foi o tipo que apresentou o crescimento mais acentuado no período, 24,1 pontos percentuais.

Gráfico 5
Existência de bens duráveis nos domicílios – Bahia – 2006/2015



Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2015 Cálculos da SEI a partir dos microdados.

Como revela a Tabela 5, outro fato que merece ser destacado é o aumento significativo de *máquina de lavar roupa* nos domicílios baianos ao longo do tempo, cujo percentual passou de 11,7% para 28,2% de 2006 a 2015.

O avanço no acesso a iluminação *elétrica* (de rede, gerador, solar) na zona rural, possivelmente, influenciou o aumento do percentual dos domicílios com geladeira. Em 2006, o referido índice correspondia a 42,3%, enquanto que, em 2015, esse número alcançou 86,6%. Cabe ressaltar, no entanto, que a proporção de domicílios com geladeira também aumentou na zona urbana, saltando de 82,8%, em 2006, para 97,3% em 2015.

Tabela 5
Existência de bens duráveis nos domicílios – Bahia – 2006/2015

(Em milhares)

Bens duráveis	2006						2015					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domi- cílio	%										
Fogão	3.837	97,4	2.697	98,3	1.140	95,5	4.966	98,9	3.732	99,0	1.234	98,5
Televisão	3.319	84,6	2.555	93,3	764	64,4	4.785	95,5	3.660	97,4	1.125	89,9
Geladeira	2.768	70,5	2.267	82,8	502	42,3	4.742	94,7	3.658	97,3	1.084	86,6
Máquina de lavar roupa	459	11,7	443	16,2	16	1,3	1.414	28,2	1.326	35,3	89	7,1
Computador	418	10,7	407	14,9	11	0,9	1.629	32,5	1.545	41,1	84	6,7
Computador com acesso à internet	298	71,4	296	72,8	2	17,6	1.418	87,0	1.362	88,1	56	67,0
Telefone móvel celular	1.652	42,1	1.506	55,0	145	12,3	4.355	86,9	3.495	93,0	859	68,7
Telefone fixo	1.129	28,8	1.091	39,8	37	3,2	942	18,8	891	23,7	52	4,1

Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2015 Cálculos da SEI a partir dos microdados.

No Estado, avanços também ocorreram na existência de bens duráveis relacionados à tecnologia e inclusão digital. O percentual de domicílios com acesso a computadores

triplicou entre 2006 e 2015, passando de 10,7% para 32,5% no período analisado. Em 2006, 71,4% desses *computadores estavam conectados a internet*. Essa proporção aumentou ainda mais em 2015, chegando a 87,0%. A ligação com a rede mundial de computadores sofreu acréscimo principalmente na zona rural, passando de 17,6% em 2006 para 67,0% em 2015.

Na Bahia, para o período compreendido entre 2006 e 2015, ocorreu um aumento acentuado no percentual de domicílios com disponibilidade de *telefone móvel celular*. Em 2006, 42,1% dos domicílios possuíam esse bem durável. Em 2015, porém, esse índice passou a ser de 86,9%. Ao mesmo tempo, ocorreu uma queda na presença de *telefone fixo* nos domicílios do Estado, sendo de 18,8% em 2015, ante o percentual de 28,8% em 2006.

A ampliação no acesso a *telefone móvel celular* aconteceu tanto na zona urbana como na rural. No meio urbano, o percentual de domicílios com acesso a esse bem de consumo durável aumentou de 55,0%, em 2006, para 93,0% em 2015. No meio rural, esse índice passou de 12,3% para 68,7% no período. Entretanto, a redução na presença do *telefone fixo* foi mais significativa na zona urbana, onde tal item se encontra mais presente. O índice passou de 39,8%, em 2006, para 23,7% em 2015. Na zona rural, o que ocorreu foi um tímido aumento, de 3,2% para 4,1% para o mesmo intervalo de tempo em análise.

Tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho

O tempo gasto para percorrer a distância diária entre a residência e o local de trabalho pode afetar negativamente a qualidade de vida. O dispêndio de tempo é apenas um dos problemas. A esse efeito estão aliados o stress do deslocamento e as despesas financeiras. O custo de oportunidade é o tempo que seria gasto em outras atividades, como as de lazer e educacionais.

Observa-se na Tabela 6 que, na Bahia, 53,3% do total de pessoas passavam *até 30 minutos* no deslocamento para o trabalho, em 2006. Esse índice sofreu acréscimo em 2015, passando a 54,1%. Aproximadamente 20,9% das pessoas trabalhavam *no mesmo local de residência* em 2006. Todavia, esse percentual sofreu arrefecimento em 2015, e apenas 16,6% trabalhavam nos próprios domicílios. Em 2006, no estado, essa categoria ocupava a segunda posição entre as alternativas de deslocamento para o trabalho principal, porém, em 2015, passou a ocupar a terceira posição. É importante ressaltar que, no meio rural, essa categoria ultrapassa a zona urbana. Enquanto em 2006, no meio rural, 44,5% das pessoas desempenhavam o seu trabalho principal *no mesmo local de residência*, no meio urbano, o índice era de apenas 9,5%.

Tabela 6
Tempo de deslocamento para o trabalho principal da população ocupada, na semana de referência Bahia – 2006/2015

Tempo de deslocamento	2006			2015		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Até 30 minutos	53,3	60,6	38,0	54,1	56,7	44,8
Mais de 30 minutos até 1 hora	15,7	17,7	11,6	17,4	19,5	9,8
Mais de 1 até 2 horas	4,4	5,6	1,9	4,9	5,7	2,4
Mais de 2 horas	1,2	1,2	1,2	0,9	1,0	0,7
Não ia direto para o trabalho	4,5	5,4	2,7	6,1	6,4	5,1
No mesmo local de residência	20,9	9,5	44,5	16,6	10,7	37,2

Fonte: IBGE – PNAD 2006 e 2015. Cálculos da SEI.

O número de indivíduos que perderam *mais de 30 minutos até 1 hora* e dos que gastaram *mais de 1 até 2 horas* no deslocamento para o trabalho sofreu aumento, na Bahia, entre 2006 e 2015.

Déficit habitacional

O cálculo do déficit habitacional foi definido pela Fundação João Pinheiro (FJP) em 1995. Desde então vem sendo sistematicamente aprimorado para melhor percepção da realidade habitacional da demanda domiciliar da população. O cálculo do déficit habitacional da Bahia foi realizado a partir da metodologia da FJP revisada em 2013, e contempla os seguintes componentes: (1) habitação precária para a situação censitária urbana e rural; (2) coabitação familiar para o meio urbano e rural; (3) ônus excessivo com aluguel para a zona urbana; e (4) adensamento excessivo para o meio urbano.

Utilizando-se como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 2007 e 2014¹, foi calculado o déficit habitacional baiano e suas componentes para os meios urbano e rural (ainda que nem todas as componentes se apliquem para este segundo). Os resultados encontrados indicam que houve importante avanço, mais precisamente uma redução da ordem de 11,4% no déficit habitacional baiano, que saiu de cerca de 497 mil domicílios em 2007 para 441 mil domicílios em 2014 (Tabela 7). O déficit habitacional baiano correspondia a 12,2% dos domicílios particulares permanentes (DPP) do estado em 2007. Já em 2014, houve redução de 3,4 pontos percentuais registrando 8,9% dos DPP.

Tabela 7 Déficit habitacional, segundo situação censitária – Bahia – 2007/2014			
(Em milhares)			
Ano / Situação censitária	Déficit habitacional (A)	Total de domicílios (B)	% déficit habitacional em relação aos domicílios (A/B*100)
2007			
Total	497	4.065	12,2
Urbano	357	2829	12,6
Rural	140	1236	11,3
2014			
Total	441	4.974	8,9
Urbano	359	3787	9,5
Rural	82	1187	6,9

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI a partir dos microdados utilizando por base a metodologia da Fundação João Pinheiro, 2013.

O déficit habitacional do meio urbano relativo (em %) é maior que o do meio rural. Esta relação se mantém entre 2007 e 2014. No início do período, o déficit urbano era de cerca de 357 mil domicílios (12,6%), enquanto o rural era de aproximadamente 140 mil domicílios (11,3%). No final do período analisado (2014) o meio rural registrou um déficit habitacional de cerca de 82 mil domicílios (redução de 41%), ante a um déficit de domicílios no meio urbano de aproximadamente 359 mil domicílios, o que significa uma relativa estabilização do déficit no meio urbano no período.

A coabitação familiar correspondia à quase metade do déficit habitacional em 2007 (51,2%). Já em 2014 esta componente perdeu participação no déficit total, reduzindo-se à 41,4% deste. As habitações precárias também eram parte importante do déficit, correspondendo a 23,5% deste em 2007, porém em 2014 caíram para 15,2% do déficit. O adensamento excessivo representa, em ambos os anos uma parte pouco expressiva do déficit (4,3% em 2007 e 4% em 2014). Já o ônus excessivo com aluguel, que era o terceiro lugar em participação percentual no déficit em 2007 (21%) foi ampliado em 2014 para 39,5% deste (Tabela 8).

¹ Estes anos foram utilizados, pois coincidem com o período em que foi investigado se a família convivente no domicílio tinha intenção de se mudar (variável v0410 dos microdados da pesquisa). Esta pergunta é essencial para o cálculo da componente coabitação familiar.

Tabela 8
Percentual das componentes do déficit habitacional em relação ao déficit total – Bahia – 2007/2014

País / UF	Habitações precárias	Coabitação familiar	Ônus excessivo com aluguel	Adensamento excessivo
2007	23,5	51,2	21,0	4,3
2014	15,2	41,4	39,5	4,0

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI a partir dos microdados utilizando por base a metodologia da Fundação João Pinheiro, 2013.

CONCLUSÕES FINAIS

Entre 2006 e 2015, para o Estado da Bahia, ocorreram performances favoráveis na condição da moradia em diversos aspectos, inclusive nas características dos domicílios. Houve acréscimo no percentual de domicílios com paredes externas construídas com material de *alvenaria* (de 96,5% para 98,3%) e diminuiu o uso da *taipa não revestida*, que caiu de 1,6% em 2006 para 0,6% em 2015. Merece destaque, também, o aumento no número dos domicílios na condição *próprio - já pago*, os quais passaram de 3.041 mil, em 2006, 3.877 mil em 2015, apesar do percentual praticamente não ter se alterado. Outro ponto positivo diz respeito à redução do uso de *cômodos* como tipo de habitação, cuja proporção chegou bem próximo de zero em 2015.

Para o período em análise, em relação à fonte de energia, a zona urbana já se apresenta próxima da universalização quanto ao acesso dos domicílios à iluminação *elétrica*. O desafio também vem sendo superado na zona rural.

Ocorreu avanço no abastecimento de água nos domicílios devido ao aumento do índice de *rede geral de distribuição*, com contribuição significativa do meio rural para essa melhora. E progressos se refletiram no alcance do serviço adequado de esgotamento sanitário (*rede coletora* ou *fossa séptica*).

As políticas habitacionais da Bahia repercutiram na redução do déficit habitacional baiano, contribuindo para sua redução em cerca de 11,4%. O meio urbano da Bahia registrou uma relativa estabilidade no déficit habitacional, enquanto o meio rural apresentou queda da ordem de 41%.

REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de geografia e Estatística – IBGE. *Atlas de Saneamento 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

